



Intervenção da Ministra da Saúde na interpelação parlamentar

Prioridade às pessoas e políticas de saúde centradas nas pessoas

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

No ano em que se completam quatro décadas sobre a criação do SNS e num momento em que se levantam vozes que pretendem fazer crer que o SNS está pior do que estava no início da legislatura, quero focar a resposta a esta interpelação num tema central do Programa do Governo e da Proposta de Lei de Bases da Saúde – as Pessoas.

A prioridade às Pessoas e as políticas de Saúde centradas nas Pessoas; as pessoas que fazem o SNS, os seus recursos humanos, e as pessoas que justificam a existência do SNS, os seus utentes.

Comecemos pelas Pessoas que fazem o SNS.

Em 2018, o SNS atingiu o maior número de trabalhadores da sua história, 128.445. Ao contrário do que sucedeu entre dezembro de 2011 e novembro de 2015, em que o SNS perdeu 2.850 trabalhadores, entre essa data e 31 de dezembro de 2018, o SNS ganhou 8.800 trabalhadores. Destes, cerca de



1.850 são médicos especialistas, 4.000 são enfermeiros e 540 são técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

O SNS tem hoje mais efetivos nestes três grupos profissionais do que tinha em dezembro de 2010, antes do início do Programa de Assistência Económica e Financeira¹.

Por outro lado, ao longo da legislatura, aqueles 128.445 trabalhadores deixaram de ter reduções dos salários e das majorações por trabalho suplementar e horas incómodas; deixaram de ter um período de trabalho de 40 horas semanais; deixaram de ter as suas carreiras congeladas.

O Governo cumpriu o seu Programa e repôs direitos e rendimentos.

E além disso:

- Harmonizou o período normal de trabalho de 35 horas entre trabalhadores em contrato de trabalho em funções públicas e em contrato de trabalho, beneficiando 31.000 efetivos.
- Agilizou a colocação de médicos recém-especialistas.
- Reviu e melhorou os termos e as condições da atribuição de incentivos à mobilidade geográfica para zonas carenciadas, que já abrange mais de 360 médicos.
- Criou a carreira especial dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar.
- Autonomizou a carreira Farmacêutica face à sua complexidade técnica.

¹ Havia cerca de 17.400 médicos especialistas, hoje são mais de 18.800; havia cerca de 39.300 enfermeiros, hoje são mais de 42.700; havia cerca de 7.700 técnicos de diagnóstico e terapêutica, hoje são mais de 8.100.



- Criou a carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, que aguardara quase 18 anos pelo alinhamento com o novo modelo de licenciatura bietápica, e permitiu que 70% dos cerca de 8.100 profissionais integrados na antiga carreira iniciassem a sua remuneração base em 1.201€, à semelhança dos demais licenciados da Administração Pública.
- Emitiu parecer favorável a mais de 3.400 requerimentos de regularização de vínculos precários no Ministério da Saúde.
- Já este ano, o Governo concluiu a negociação das carreiras de enfermagem que, agora e por 30 dias, se encontram em consulta pública; e decidiu contratar mais 850 enfermeiros e assistentes operacionais para o SNS.

Estas escolhas tiveram um custo. Elas representam 47% da receita adicional de 1.400 milhões de euros com que, desde o início da legislatura, decidimos reforçar o orçamento do SNS. Elas são o investimento a que escolhemos dar prioridade e que alguns nos acusam de não ter feito.

Sabemos que os 128.445 trabalhadores que fazem o SNS e os sindicatos que os representam desejariam que fossemos ainda mais longe; compreendemos que esse é o seu papel e respeitamo-lo quando se manifesta.

Mas o Governo não pode esgotar toda a capacidade de investimento de que dispõe (e que resulta da capacidade coletiva de gerar riqueza) nestes



128.445 trabalhadores. Sobretudo, não pode fazê-lo no tempo de uma única legislatura.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Há 10 milhões de portugueses que contam com o SNS, que contam com o Estado social. São as Pessoas para as quais trabalhamos.

Foi a pensar nelas que:

- Reduzimos em 25%, ou mesmo eliminámos, o valor das Taxas Moderadoras e repusemos o direito ao Transporte de Doentes Não Urgentes.
- Promovemos o aumento da quota de Medicamentos Genéricos, com redução de custos para o utente.
- Fixámos o objetivo de criar 100 novas USF, que vamos ultrapassar em 23 unidades; garantimos a cobertura por Médico de Família a mais 700.000 pessoas e vamos ainda contar com 400 novos especialistas que nos vão ajudar a caminhar em direção à meta assumida.
- Melhorámos a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários, com destaque para a Saúde Oral e a Saúde Visual.
- Alargámos em mais de 1.000 camas, de diversas tipologias, a Rede de Cuidados Continuados Integrados e introduzimos a componente de cuidados continuados de saúde mental.



- Desenvolvemos a Hospitalização Domiciliária que já conta com 90 camas e que, até ao final da legislatura, se estima que tenha resposta em 25 hospitais.
- Articulámos com o MTSSS a proposta de lei sobre medidas de apoio ao Cuidador Informal, nomeadamente a identificação de um profissional de saúde como contacto de referência e a formação do cuidador informal.
- Investimos na remodelação de 79 unidades de saúde e de 22 serviços de urgência hospitalar, reprogramámos o Portugal 2020 para permitir alocar mais 70 milhões de euros à saúde e continuamos o trabalho com vista à concretização dos novos hospitais de Lisboa Oriental, Central do Alentejo, do Seixal, Sintra e Madeira.
- Trabalhámos e continuamos a trabalhar na Promoção de estilos de vida saudável, na certeza de que este é, no longo prazo, um dos melhores investimentos para a redução da mortalidade prematura e o aumento da esperança de vida saudável aos 65 anos. Porque acreditamos na Saúde em todas as políticas e no compromisso de todos os agentes sociais e económicos, estamos em condições de anunciar a celebração, no próximo mês de março, de protocolos de auto-regulação com a indústria para a redução de sal, açúcar e gorduras trans em certo tipo de alimentos.
- E foi também a pensar nas Pessoas que apresentámos uma proposta de Lei de Bases da Saúde que clarifica o que queremos para o sistema de saúde português: ganhos em saúde, reforço dos serviços públicos, preferência pela boa gestão pública e por uma força de trabalho estruturada em carreiras.



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Não ignoramos o que não corre bem no SNS. Conhecemos o trabalho que temos pela frente. Temos uma luta sem tréguas pela melhoria do cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos no SNS, pela melhoria da eficiência e pela melhoria da gestão. Esta é, seguramente, a melhor forma de proteger os mais frágeis.

Não sendo perfeito, o SNS é um serviço público de sucesso e seguramente que a ele se deve muito do prestígio internacional atribuído ao sistema de saúde português, bem patente na recente atribuição do 13.º lugar do *Euro Health Consumer Index 2018*, da *Health Consumer Powerhouse*.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este resultado não é da Ministra da Saúde, não é do Governo. É dos profissionais de saúde e do SNS.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A evolução recente do sistema de saúde português revela uma aposta na combinação de ganhos de saúde com procura de eficiência.

O nosso principal desafio é o de acelerar o progresso.

Quero terminar com uma mensagem de otimismo em relação ao futuro, que nasce do reconhecimento da qualidade do trabalho realizado no SNS,



da avaliação realizada pela comunidade científica internacional dos nossos resultados e da confiança que a sociedade em nós deposita e à qual não faltaremos.

Temos orgulho no SNS. É por ele que trabalhamos nesta legislatura, é por ele que continuaremos a trabalhar.